



A N A I S

**do I Simpósio de Professôres de
História do Ensino Superior em 1961**

**MARÍLIA
1962**

**I SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA
DO ENSINO SUPERIOR**

(15 A 20 DE OUTUBRO DE 1961)

Promovido pela Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Marília, instituto
isolado de ensino superior do Govêrno
do Estado de São Paulo.

MARÍLIA
1962

1 — RESUMO DO RELATÓRIO DO PROF. EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA (1).

O professor começou dizendo que só se pode resolver o problema da História Moderna tomando-o no conjunto do ensino da História. O problema fundamental é o currículo, que estabelece o que ensinar e o ritmo do ensino a ser tomado.

Considerou primeiro problemas globais:

1. — a conjuntura sócio cultural de 1961, em confronto com outras épocas resulta hostil aos estudos históricos. Coloca-se hoje em plano secundário problemas de natureza histórica. Dominam as preocupações com progressos técnicos, donde decorre dar-se relevo às ciências naturais.

2. — existe no momento presente, um processo de aceleração das mudanças. A História evocando o passado, parece querer frear essas mudanças. Contudo, a História deve também, acelerar o seu ritmo: no ensino e na pesquisa procurar seguir os reclamos de um mundo acelerado. Pedagogicamente, deve-se procurar o máximo de rendimento num mínimo de tempo. Não se deve aumentar o número de anos de ensino; deve-se procurar técnicas para transmitir o essencial num mínimo de tempo. A História deve ajudar a encontrar soluções de problemas atuais à luz de conhecimentos do passado. O estudo da História não deve implicar atitude nacional que lhe estorve a ação.

(1) — A Comissão Executiva publica, sob sua responsabilidade, este resumo, não tendo em mãos o texto completo do relatório.

3. — as pesquisas do passado são suscitadas por problemas da atualidade. É a necessidade do presente que marca o ponto de partida para a pesquisa. A História deve preferir a problemática da atualidade, deve corresponder às solicitações do espírito contemporâneo em torno dos problemas sociais, etc.

Depois de um século de pesquisa, a historiografia se intensificou, multiplicando seus campos de indagação, desenvolvendo-se em profundidade e alargando-se no espaço. Acumulou-se uma massa de sabedoria que desafia a capacidade do indivíduo e traz a necessidade da especialização. A História passou a cuidar de tôdas as manifestações da vida humana. As áreas de investigação multiplicaram-se. A mundialização da História substitui a europeização. A multiplicação contínua dos trabalhos históricos torna importante o estudo da historiografia e a sua constante revisão. O trabalho exigido do historiador é quase esmagador. Essa situação leva-nos a concluir, que não se pode ensinar tôda a História numa Faculdade de Filosofia; deve-se escolher o que ensinar. É preciso também não ensinar o que já se sabe. Impõe-se a revisão dos conhecimentos para atualização constante dos ensinamentos. A escolha do que se vai ensinar liga-se à idéia de que os alunos vão escolher o que guardar.

Tais são os problemas globais a considerar.

No momento atual, impõe-se a revisão do ensino da História, quanto aos objetivos, às estruturas, aos planos de trabalho, ao ritmo das funções.

As atividades e comportamentos docentes tem que mudar. É preciso renunciar a dar matéria ou tôda a matéria; e em lugar de matéria dar técnica de trabalho. O professor deve procurar levar o aluno à reflexão, à busca, à procura da resposta, a problemas que lhe são postos. A matéria deve ser dada como pretexto para transmitir uma técnica, desenvolver o espírito crítico do aluno; a aula como maneira de despejar conhecimentos é discutível e sua utilização deve ser revista. A mudança no modo de encarar a aula aumenta a responsabilidade do professor, que deve atualizar-se e deve escolher o que vai dar. O aluno deve ser levado a saber não o que o professor sa-

be, mas o que pertence à sua vida. O ensino dado não deve ser o semelhante ao de outras áreas culturais, mas deve corresponder, no Brasil, às realidades sócio-culturais do momento. Não convém reeditar formas válidas no exterior. Para nós, a História do Brasil, a História Regional, deve marcar o ensino da História. As outras Histórias fornecerão experiências que podem ser transferidas ao campo da historiografia brasileira. Necessário é valorizar a História do Brasil, valorizando os homens que somos, a cultura que podemos criar. Precisamos de libertar-nos do colonialismo em que temos vivido no campo da História também — diante de outros países. Devemos criar um sistema que corresponda às nossas necessidades e não transferir para cá sistemas estrangeiros.

O tema de que tratamos impõe problemas:

1) Necessidade de definição de objetivos.

Currículo para que? Que pretendemos com o ensino da História?

Podemos distinguir:

a. Objetivos mediatos, que são:

- I — compreensão do homem, auto-conhecimento;
- II — conhecimento da condição humana;
- III — busca do crescimento da liberdade de espírito;
- IV — busca da condição do homem no presente;
- V — unidade fundamental da humanidade; procurar visão da História universal;
- VI — consciência da realidade que somos como unidade nacional no conjunto das unidades do mundo cada vez mais interdependentes.

No campo da História Moderna, poderíamos indicar como objetivos:

- I — desenvolvimento da consciência do mundo histórico presente e conhecimento do homem atual;
- II — conhecer o processo da unidade histórica no mundo contemporâneo;
- III — compreensão das grandes linhas da evolução contemporânea;

IV — excitação da contemplação da vida contemporânea para observação do passado.

b) Objetivos imediatos:

I — conservação das aquisições da historiografia pela transmissão do que já se sabe;

II — renovação do patrimônio historiográfico.

Os objetivos imediatos institucionais:

I — visam o próprio ensino da História;

II — visam os problemas profissionais: do professor, do pesquisador, das atividades conexas (formação de paleógrafos, arquivistas, etc.);

III — elaboração de trabalho de pesquisa.

Em resumo, temos dentro desses objetivos, de formar professores e produzir historiadores.

Para alcançar este objetivo são necessários a montagem de certas estruturas (criação de um sistema de ensino de História) e o planejamento e funcionamento dessas estruturas.

2. Sistema capaz de obter o objetivo indicado:

Há necessidade de considerar certas estruturas: a) da cátedra ou docentes; b) dos cursos; c) discentes; d) profissionais.

A consideração dessas estruturas põe problemas amplos.

a) Cátedras:

O professor relator teceu comentários sobre a existência das cátedras, manifestando-se favorável à sua continuação, porque a elas se ligam as garantias dadas aos professores, como a liberdade de cátedra, cuja manutenção é essencial. Reconhece a existência de males ligados ao sistema atual de cátedras, que devem ser corrigidos. Prosseguiu, indicando possíveis remédios para os males existentes. Mostrou a necessidade de se modificar o processo de concurso para catedrático e de se reformar o modo de recrutamento do pessoal docente.

Sobre as cátedras que devem existir no curso da História manifestou a opinião de que tais cátedras não devem ser diferenciadas na base de uma periodização. Tal sistema produz cátedras sedimentadas por critério in-atual. Deveriam existir somente cátedras de História: anualmente os professores combinariam

os seus cursos diversificados, a fim de que o aluno pudesse ter experiências variadas. Dever-se-ia acabar com as cátedras fechadas: os cursos seriam combinados entre os professores, de acordo com suas pesquisas. Para harmonização dos trabalhos, dar-se-ia sua direção a um dos catedráticos mais experientes, num sistema de departamento. Nessa organização de cátedras de História haveria cadeiras fundamentais que orientariam o ritmo do trabalho departamental. Às cátedras de História do Brasil caberia posição de inspiração e combate e o trabalho de todos se faria com vistas à pesquisa no campo da História do Brasil.

b) Cursos:

Essencial é a distinção entre curso fundamental e de especialização. No 1.º dar-se-ia formação geral para todos os estudantes; no 2.º, formação mais cuidada para os escolhidos. Especialização não se atinge com 2 anos, é obra de uma vida; não é com cursos prelecionados que se formarão especialistas. Nosso sistema atual leva à situação de professores não especialistas formarem fornadas de especialistas. Seriam preferíveis cursos de pós-graduação, destinados a dar aperfeiçoamento a alunos já formados. Cursos de verão são recomendáveis para recuperação dos ex-alunos, levados a renovar seus conhecimentos.

c) Estruturas discentes:

Envolvem problema dos alunos enquanto alunos. Que fazer para preparar nossos estudantes para serem alunos? Os nossos alunos não vêm preparados para estudar História. A opinião do relator é a de que se deveria restaurar o antigo Colégio Universitário, que funcionou durante algum tempo, na Universidade de São Paulo. Aí o aluno receberia o preparo necessário e a ele se daria a formação instrumental, através de cursos de Português, Línguas Clássicas e estrangeiras, de prática de organização de trabalho intelectual. Durante o curso procurar-se-ia, orientar melhor os alunos, dar valor às organizações discentes e iniciar o treinamento na atividade docente sob nossas vistas. Para isso preconiza o relator a instituição do mo-

nitorado: os alunos mais distintos, de classes mais adiantadas, orientariam os alunos de classes mais atrasadas.

d) Estruturas profissionais:

Devemos procurar dar maiores e melhores oportunidades para os nossos alunos, no campo do magistério, da Historiografia e das atividades conexas. É preciso oferecer-lhes condições de pesquisas e oportunidade de outras atividades, pleiteando mesmo regulamentação legal de carreiras como de arquivistas e outras.

3) Necessidade de rever também os programas:

Devem ser substituídos os programas por planos (de trabalho, de pesquisa, etc.), diz o relator.

O programa põe os problemas de: a) conteúdo; b) amplitude; c) distribuição da matéria; d) ordenação temática; e) atualidade.

a) Conteúdo:

Nossos programas atuais são feitos na base de que ensinar é dar matéria. Esta é uma concepção ultrapassada. O professor deve transmitir técnicas, não matéria. A tarefa do aluno é aprender a jogar com dados que lhe são oferecidos. O problema do conteúdo dos programas levá-nos a indagar o que devemos ensinar: História narrativa? História do Ocidente ou do mundo? uma História viva, nascente, ou uma História consolidada? Fatos ou a totalidade da matéria?

b) Amplitude:

Quanto à amplitude da matéria põe o problema dos cursos gerais e monográficos. Para o relator isso é um falso problema. Os cursos gerais são monografias, são pluri-monográficos. A harmonização pode ser obtida dando-se ao aluno, a possibilidade de escolher entre cursos gerais e monográficos, em preleções ou seminários. Para o relator a pendência entre cursos monográfico e geral, perde a relevância, desde que os cursos são pretextos para mostrar técnicas.

c) Distribuição da matéria:

A distribuição da matéria leva-nos a considerar o problema da seriação: adotar-se-á seriação rígida ou plástica? A opinião do relator é de que a seriação rígida deve ser abandonada, por ser contrária ao ensino superior. Elimina a possibilidade de renovação. Uma seriação rígida tira ao aluno a possibilidade de eleição; êste é obrigado a fazer tais cadeiras em um ou dois anos. A abolição total da seriação é, contudo, perigosa; poderia dar lugar a combinações inaceitáveis, sem consideração pelas necessidades impostas pela formação. Uma seriação plástica, daria oportunidade aos estudantes de escolherem. O currículo poderia ter cadeiras obrigatórias e cadeiras de opção. Apresentadas as cadeiras que o aluno deveria fazer, êle as combinaria à vontade mostrando no final do curso as aprovações obtidas.

d) Ordenação do programa:

Seguir-se-á uma ordem cronológica? Esta não é aceitável hoje, diz o relator. Os programas devem levar à formação do aluno de um modo mais positivo que o atual.

As pesquisas também devem ser planejadas, e oficialmente planejadas. O programa de pesquisas deverá ser publicado, criando-se condições para sua realização. Depois, as pesquisas deverão ser publicadas. Também a orientação de teses deveria ser programada pelas cadeiras.

Tanto o professor como o aluno devem ter programa anual.

e) Problemas dos ritmos e funções.

Duração total do curso: 3 anos de curso fundamental bastam.

Para História Moderna e Contemporânea propõe que se mantenha a prática de um ano para História Moderna e um ano para História Contemporânea.

O ano escolar, para maior rendimento, deveria ser dividido em semestres iguais e os cursos seriam semestrais.

O atual regime de provas e notas precisa ser abandonado, com proveito, aliás, para o ensino. Verificação do trabalho do

aluno seria feita por outros processos. Urge aproveitar melhor o tempo para o ensino.

Regime de aulas: preleções e práticas de estágio, seminários, onde se faria aprendizado de técnica de trabalho. O trabalho de equipe, dentro da mesma cadeira e em associações de cadeira, merece ser desenvolvido.

Lembrou o relator a importância do tempo integral.

Ao lado da verificação do rendimento do aluno, fazer o rendimento do professor. O controle das atividades deve levar-nos a uma grande atuação do rendimento.

Problemas extras foram ainda tratados pelo relator.

2 — EXPOSIÇÕES DE SIMPOSISTAS

Professôra Maria Yedda Leite Linhares

Acha que há confusão entre liberdade de cátedra, cátedra vitalícia e professor catedrático. A supressão da cátedra vitalícia não envolve a liberdade do professor.

Considera que o relator dá uma solução deficiente, falando, de um lado, em “cátedras de História”, sem maior especificação, mantendo, por outro lado, o sistema atual de cadeiras.

Falando na perspectiva brasileira de História, afirma que esta é uma perspectiva da História mundial, através de uma historiografia brasileira sem depender de outras historiografias estrangeiras. Nem por isso perde-se de vista que o Brasil esteja dentro do mundo.

Sobre a plasticidade do currículo, a Professôra é de opinião que devemos advogá-la. O sistema americano não perde em qualidade pelo fato de o “College” preparar os alunos para a Universidade. Pode-se suprir a falta de preparo do estudante através de um curso preparatório. A Universidade de Brasília e a Universidade do Ceará, foram planejadas na base de plasticidade.

Professor Francisco José Calasans Falcon

Conclui, através da exposição, que o problema da História Moderna e Contemporânea não está divorciado do problema da

Reforma Universitária, que deveria ser discutido antes. Trata do caso do livro didático, achando que se deve ensinar o que é útil ao aluno; e protesta pelo fato do curso de Pedagogia formar professores de História.

Professôra Olga Pantaleão

Em primeiro lugar considera que a discussão do problema geral da cátedra foge um pouco ao temário.

Entrando na questão do ensino da História Moderna e Contemporânea, opina sobre o problema da limitação do âmbito da História Moderna e da História Contemporânea, levando em conta que o Professor França prevê um ano para o ensino da primeira e outro para o ensino da segunda. Propõe que se coloque o limite inicial (tais limites são convencionais), da História Contemporânea mais próximo de nós, pois para o entendimento dos problemas atuais não precisamos penetrar muito longe no passado. Indica 1871, ou mesmo 1914 como possíveis limites iniciais. Também lembra que a História Contemporânea exige o manuseio de fontes (como, por exemplo, os jornais), que são específicas.

Quanto ao problema da valorização da História do Brasil no curso de História, pergunta se a excessiva preocupação de valorizar a História-Pátria não nos levará a um provincianismo estreito. Concentrar todo o ensino do curso de História na História do Brasil não a valoriza. O essencial, parece-lhe, é renovar o seu ensino, através de uma visão ainda mais ampla da História Geral e também de um entrosamento (e nisto concorda com o relator) da História do Brasil nas correntes da História do mundo.

Pede ao Professor França que dê esclarecimentos a respeito de sua proposta para a criação de cátedras de História.

Com referência à questão de ter o professor programas ou planos, acha a professora que há necessidade de programas para sistematizar o que se vai ensinar, levando em conta a necessidade do aluno. O aproveitamento dos trabalhos de pesquisa do professor nos cursos, deve ser feito somente na medida em que o programa necessário à formação dos estudantes o requer. Cita, a respeito, o Professor Fernand Braudel, que, em

conferência realizada em São Paulo, insistiu em levar em conta tais necessidades do aluno e não apenas os interesses do professor, como pesquisador.

Professor Paulo Pereira de Castro

É de opinião de que, em História Moderna e Contemporânea, a especialização impõe uma familiaridade com as fontes.

Professor Guy de Hollanda

Considera necessário reduzir o tamanho da tese, para tornar possível a sua edição. Sugere a apresentação de cinco ou seis teses. Sobre o conceito de catedrático, é, a seu ver, um grau maior da carreira universitária. Deve ter maior estabilidade funcional.

Professôra Amélia Americano F. Domingues de Castro

Há necessidade de assegurarmos melhores possibilidades profissionais aos alunos. Propõe estágio para os recém-formados, ou mesmo antes do término do curso. Poder-se-ia aproveitar os alunos como monitores nos colégios de aplicação. Explica melhor a atividade do monitor; e terminando, apoia a opinião do Professor França, no que diz respeito à História Recente, pelo valor formativo.

Professôra Cecília Maria Westphalen

Concorda com o Professor França, quando levanta o problema das mudanças estruturais. A História não tem necessidade de continuar utilizando o método da História Tradicional. Há lugar para aplicar os métodos e técnicas das demais ciências sociais.

Já que não é possível ensinar tudo, o mais importante é a transmissão de técnicas de trabalho. Daí decorre a importância do treinamento. Estudando um curso, aprenderá a trabalhar em outros. Cursos não segundo as necessidades do professor, mas sim do ensino. Insiste ainda na valorização da docência livre. Acha que o professor catedrático, sem cadeira vitalícia, deverá produzir, para conservar a cadeira.

Insiste ainda na necessidade de planejar as atividades desde o comêço do ano, e em Departamento.

Finalizando, a professôra apresenta uma proposta para revogação da portaria que dá aos licenciados de Pedagogia e Ciências Sociais, o direito de lecionar História.

Professor Padre Emílio Silva

Partindo do fato de que a Historiografia, ultimamente, abrange todos os aspectos da vida humana, constata que as diversas formas nas quais a História pode ser encarada e ensinada, decorrem principalmente do conceito que dela tenha previamente formado o professor.

Julga, então, da maior relevância que se evitem dois escolhos:

a) atribuir à História Universal, em seu **fieri**, um desenvolvimento unitário e uniforme. Essa mentalidade encontramos-la no naturalismo, com variante marxista, e no **idealismo**, fundando-se na férrea dialética hegeliana.

Se o **naturalismo**, continua o professor, deturpa a História mutilando-a com a supressão de elementos presentes e atuantes no acontecer histórico, o **hegelismo** a deturpa, criando e introduzindo elementos racionais e subjetivos de todo imaginários.

b) Considerar a História na transmissão dos conhecimentos históricos, como se realizando no tempo e no espaço com grandes soluções de continuidade, estabelecendo hiatos intransponíveis de época a época, fazendo ressaltar, em agudo contrastes, e sem as necessárias ressalvas, o progresso de nossa época sobre o das gerações pretéritas.

Isto leva a lamentáveis deformações da mentalidade dos jovens, gerando nêles a desestima pelos grandes valores do passado e tôdas as verdades, assim religiosas como sociais.

No tocante ao problema de uma só cadeira não poder administrar o ensino da História em suas diversas épocas, opina que essa distinção tem plena vigência em se tratando da pesquisa e aquisição do dado histórico, não, porém, quando se trata da transmissão por parte do professor ou mestre.

Não vê dificuldade em que um mesmo professor — que, sem ser especialista em nenhuma época particular da História, deverá conhecê-la bem toda — leccione essa disciplina em toda sua extensão temporal. Pelo contrário, acha que isto poderá trazer certa vantagem de ordem formativa.

Professor Fernando Sgarbi Lima

Propõe que seja designada uma comissão de cinco membros para estabelecer se o Simpósio opinará pelo currículo dividido em períodos, ou preferirá escolher temas. Confessa-se favorável a um ensino baseado numa divisão por temas, buscando a periodização nesses próprios temas.

3 — RESPOSTAS AS EXPOSIÇÕES

Inicialmente, constata o relator que algumas das objeções partem de concepções diferentes de qual seja a atividade docente. O que importa na docência, é formar o espírito do aluno. Para êle, a matéria tem importância relativa, o que importa realmente não é despejar matéria, mas formar o espírito do discípulo para o estudo constante e o aperfeiçoamento individual. Repele quaisquer objeções que insinuem dar matérias excessivas.

A Professora Maria Yedda Leite Linhares

Acha que os partidários da extinção da cátedra caem numa espécie de sofisma: extingue-se a cátedra mas fica o cate-drático. O relator é favorável à cátedra, porque a supressão da mesma coloca o professor à mercê de grupos universitários políticos ou econômicos, e, então, desaparece toda a liberdade. Critica, sim, certas formas no exercício da cátedra e sugere a correção dos defeitos.

Ao Professor Francisco José Calasans Falcon

O interesse pelo livro didático é de fato uma contribuição da Faculdade de Filosofia. Diz ainda o relator que o professor deve dar o que gosta e, logicamente, o que é necessário, e o que

está em condições de dar bem. A respeito da oportunidade profissional, o relator concorda plenamente com o Prof. Falcon.

A Professora Olga Pantaleão

Lembrando que a professora partiu da importância que ela atribuiu à necessidade de que a matéria seja dada e que a discussão sobre o mérito da cátedra foge do temário, acha o relator que o estudo da concepção da cátedra está ligado à eficiência e estruturação do currículo. Continua o Professor França a afirmar que, decretar os limites da História Moderna e da História Contemporânea, é, até certo ponto, de pouca importância, pois que devemos acompanhar as necessidades e buscar as raízes onde eles estiverem. Concorde em que a História Contemporânea deve ser quase uma História do presente. Mas isso não quer dizer que devemos recuar os limites da História Moderna.

Referindo-se à relutância da Professora em aceitar o ponto de vista do relator no que concerne à História do Brasil, pondera que nele nada há de provincianismo ou de influências do colonialismo, uma vez que, na sua opinião de relator, a história do nosso povo deve ser posta em evidência, no sentido de alargar, justamente, os horizontes. Além do mais, a documentação do Brasil é mais fecunda; de modo que, a História do Brasil deve ser tratada por um departamento inteiro.

Continuando, a divisão em temas não leva à exclusão da especialização, uma vez que se supõe que os professores que compõem o Departamento de História, estão aptos a suprir as necessidades dos alunos. Cada professor, combinando com os colegas, procurará o seu campo. A divisão, feita nesses moldes, longe de excluir a especialização, a estimula.

Termina o relator, exprimindo sua preferência pelo programa em vez de plano, e reafirma que o curso é um meio para dar técnicas.

Ao Professor Paulo Pereira de Castro

O relator lembra que a exclusiva preocupação da especialização é perigosa.

Ao Professor Guy de Hollanda

Afirma que o conceito de cátedra na carreira, como no grau, deve ser considerado.

A Professora Amélia Americano F. Domingues de Castro

Coloca o relator, o problema da didática nos seguintes termos: que a presença da didática durante os anos de formação, rouba tempo aos alunos. Propõe estágios antes da formatura, mas não durante o tempo escolar.

Quanto à História Recente, pessoalmente não o atrai.

A Professora Cecília Maria Westphalen

Agradece o apóio da Professora na defesa das oportunidades para os alunos.

Ao Professor Fernando Sgarbi Lima

Mantém os pontos de vista expressos no relatório.

4 — ÚLTIMAS INTERVENÇÕES

Professora Amélia Americano F. Domingues de Castro

Acha que a Didática deve ser dada em mais de um ano, no primeiro, questões gerais e, depois, didática especial.

Professor Guy de Hollanda

Lamenta que o professor de História não tenha contato com os formandos, porque o aluno fica nas mãos do professor de Didática; sendo que essa Didática acha-se isolada das cadeiras de História.

Professor Francisco José Calasans Falcon

Considera que a liberdade, envolvida no conceito de Cátedra não deva pertencer só ao professor, mas também aos assistentes e outros.

Insurge-se contra os privilégios, pois estes limitam o ingresso na carreira.

Professôra Maria Yedda Leite Linhares

Apela para uma Historiografia num plano geral. Não falou em colocar a História do Brasil como centro do ensino. Deve-se possibilitar a História Geral; não podemos nos limitar à História do Brasil.

A Faculdade precisa dominar os instrumentos de pesquisa e fazer História de outros países.

Achando que é possível fazer pesquisa em História Moderna e Contemporânea, opina que só se deve formar em História Antiga e Medieval quando tivermos material e técnicas no Brasil.

Professôra Cecília Maria Westphalen

Protesta que se pense em fazer da História do Brasil o centro dos estudos históricos; porém, deseja integrar o Brasil na História do Mundo, e, por isso pretende que a História Pátria seja colocada em posição que atraia nossos interesses.

Professôra Maria Clara Rezende Teixeira Constantino

Sobre a questão da Cátedra, acha que se deve pugnar para que a mesma não dependa do sistema usado no ensino. Gostaria de ver, para cada cadeira do curso de História, três ou quatro professores de História Medieval, de Moderna etc., trabalhando em campos delimitados, oferecendo cursos sobre a sua especialização. Permitiria associação de ensino e pesquisa.

5 — RESPOSTAS FINAIS

A Professôra Amélia Americano F. Domingues de Castro

A Professôra mantém seu ponto de vista, quanto ao período no qual se deve dar a Didática. A autorização que permite aos alunos exercerem o magistério sem se formarem, deve ser temporária e desaparecerá.

Mas concorda em que a remuneração precoce tira do aluno a escolaridade.

Ao Professor Guy de Hollanda

Acha que a separação entre o professor de Didática Especial e o professor do curso de formação não é aconselhável.

A coordenação necessária ocorre em tôdas as cadeiras. Acrescenta que é um preconceito acreditar que o Professor de Faculdade seja só um cientista e não trate do problema profissional.

Ao Professor Francisco José Calasans Falcon

Protesta que a Cátedra seja um conjunto de garantias. Essas devem ser mantidas, mas os privilégios indevidos, cortados.

É partidário da liberdade de Cátedra, inclusive que o professor escolha os seus auxiliares na base da confiança.

À Professôra Maria Yedda Leite Linhares

Afirma que, quando fala em História do Brasil, não quer dizer que só veja "História do Brasil". A sua idéia é a de uma coexistência entre a História do Brasil e as outras Histórias. Não podendo dar contribuição real para a História Antiga e Medieval, por exemplo, o que podemos fazer é preparar boa História do Brasil, informar o Mundo da História de nossa terra, pois que o Mundo a ignora. Seria um contra-senso, acha o relator, deixar estrangeiros virem fazer a nossa História e nós pormos a fazer História Mundial.

À Professôra Cecília Maria Westphalen

Concorda.

À professora Maria Clara Rezende Teixeira Constantino

Concorda em que, se vários professôres ensinassem a mesma disciplina, teríamos elementos para retificar o monopolismo do catedrático. É o que se faz nos grandes centros; é o ideal.